BIBLIOTECA
DO
CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série
Diplomacia
ao alcance
de todos



10

SAN TIAGO DANTAS

Coleção Divulgação – **INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita**

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2009

O autor

José Santiago Naud – escritor gaúcho, formado em Letras Clássicas pela UFRGS, em Porto Alegre (1957). Concursado pelo MEC, foi pioneiro do Ensino Público em Brasília (1960), e em 1962 integrou o grupo docente fundador da UnB. Professor visitante e conferencista em universidades dos EUA, da Europa e da América Latina. Diretor do CEB (Itamaraty), entre 1973 e 1985. Poeta e ensaísta com dezenas de livros publicados e textos dispersos em antologias, jornais ou revistas especializadas.

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.** SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Nota Biográfica

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de –nasceu aos 30 de agosto de 1911, no Rio de Janeiro, e ingressou ainda adolescente na Faculdade Nacional de Direito, concluindo o curso superior em 1932. Inteligência brilhante, foi advogado, professor, jornalista e político. Atividade fecunda, desempenhou as altas funções de Ministro da Fazenda, no Governo João Goulart. Quando jovem, filiado à Ação Integralista Brasileira, sob a chefia do escritor Plínio Salgado, dela afastou-se em 1938, após o levante que visava à deposição de Getúlio Vargas. Ex-militante, devota-se então inteiramente à docência e à advocacia. Entretanto, vocacionado à política, viaja cinco anos depois ao Panamá, como representante do nosso país na Primeira Conferência de Ministros da Educação das Repúblicas Americanas. Por dois anos trabalhou no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, em 1949, assume a vice-presidência da refinaria de Manguinhos, onde permanece por nove anos. Paralelamente, desempenhou outras

altas funções: conselheiro e delegado na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington; assessor pessoal do Presidente Vargas durante os anos 51-54; participante do anteprojeto de criação da Petrobrás e Rede Ferroviária Federal; membro do Conselho Permanente de Arbitragem de Haia. Em 1955 filia-se ao PTB, partido do trabalhismo brasileiro. Por três anos presidiu a Comissão Interamericana de Jurisconsultos sediada no Rio e, como jornalista, dirigiu o Jornal do Comércio, responsável por editoriais ou dissertando sobre temas de política externa.

Em outubro de 1958 elegeu-se deputado por Minas Gerais e, no ano seguinte, participa de um dos mais importantes documentos do Sistema Interamericano, a redação e discussão da Declaração de Santiago do Chile. Em março de 1960, às vesperas da inauguração da nova capital do Brasil, San Tiago Dantas participou efetivamente da criação de Brasília em seus fundamentos jurídicos. No Parlamento, foi o relator junto à Comissão de Constituição e Justiça do projeto de Lei Orgânica para o futuro Distrito Federal, enviado ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República, com a Mensagem nº 42-60, de 10 de fevereiro. Um trabalho intensivo, de exigente presteza no seu exame, pois a mudança da Capital tinha data fixada para o dia 21 de abril. Com

lucidez e infatigável devoção foi agente decisivo na composição da Lei Orgânica, num tempo em que os anseios de renovação social e o debate ideológico incandesciam o país. Nomeado por Jânio Quadros, em 1961, para embaixador do Brasil junto à ONU, sequer chegou a assumir suas funções, devido à renúncia do Presidente. Em seguida, com a instalação do regime parlamentarista, o primeiro-ministro Tancredo Neves escolheu San Tiago Dantas para a pasta das Relações Exteriores. Aí o novo ministro viria a confirmar importantes posições precedentes, iniciadas e francamente firmadas na gestão Afonso Arinos. Basicamente: política externa independente; preservação da paz mundial; autodeterminação dos povos; princípio da não-intervenção; ampliação do mercado externo.

Enfatiza portanto as relações comerciais com todos os povos, sem exclusão dos socialistas, e em conseqüência empresta apoio à emancipação de territórios não autônomos com vistas a uma política efetiva dos planos de desenvolvimento econômico e prestação de ajuda internacional. Atento à integração do mercado latino-americano, visitou oficialmente a Argentina, encarecendo a preservação do sistema democrático representativo e a realização progressiva das reformas sociais. Uma de suas mais importantes medidas foi o reatamento das relações com a

União Soviética, interrompidas desde 1947. Na VIII Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores, realizada na cidade uruguaia de Punta del Este, frisou a adoção de uma política da convivência com Cuba, condenando as sanções econômicas, militares ou diplomáticas contra o país. Propugnava um "estatuto consensual", o desarmamento em nível compatível com as necessidades defensivas e garantias contra os riscos da intervenção militar. O chanceler não obteve apenas o inteiro apoio dos setores nacionalistas ou de esquerda como, igualmente, a adesão de prestigiosos órgãos de comunicação, a exemplo do Jornal do Brasil e Diário de Notícias, ambos cariocas.

Em março de 1962, infatigável, o Ministro chefiou a delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, em Genebra, e em setembro reelegeu-se deputado federal por Minas Gerais. Ao mesmo tempo intensificavam-se as discussões em torno da nacionalização dos serviços públicos. O Itamaraty teve uma intervenção decisiva no assunto, conjurando a dissenção dos interesses confrontados. Muito a propósito a respeito desta questão, San Tiago Dantas integrou a comitiva de uma viagem presidencial aos Estados Unidos, com escala no México. Seu êxito resultou na assinatura do Convênio sobre Auxílio ao Desenvolvimento do Nordeste, além do compromisso de

o Governo norte-americano apoiar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), auxiliando as gestões junto à Comunidade Econômica Européia (CEE) no sentido de eliminar os pesados tributos sobre produtos latino-americanos. Em junho de 1962, com a renúncia de Tancredo Neves, San Tiago Dantas deixou a direção do MRE e o Presidente Goulart indicou ao Congresso o nome do ex-chanceler para a vaga aberta, com o veto da UDN e do PSD que haviam se oposto à sua gestão ministerial.

Mas, em outubro reelegeu-se deputado federal pelo PTB mineiro, e logo no mês de janeiro seguinte o plebiscito de 1963 restabelece o presidencialismo e ex-chanceler e ele é nomeado Ministro da Fazenda. Anuncia então um programa de austeridade econômica, baseado no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social cujo autor, seu companheiro Celso Furtado, era Ministro Extraordinário para o Planejamento. Visava-se à estabilização da moeda, buscando aliviar a situação do balanço de pagamentos, segundo exigências do FMI. Com a autoridade de ministro viaja em seguida aos Estados Unidos para discutir a renegociação da dívida externa. Entretanto, altera-se a composição ministerial devido às confrontações entre conservadores e reformistas. Celso Furtado deixa o Planejamento e San Tiago retorna ao Congresso. É o

tempo em que se agrava a instabilidade política do Governo, agitado pela interferência de múltiplos setores, políticos, militares, empresariais. A situação complica-se, perfilam-se confrontos cada vez mais freqüentes, até que a insurgência militar de 31 de março de 1964 leva ao poder o general Humberto Castelo Branco. Foi ele quem indeferiu um pedido de cassação do mandato de San Tiago Dantas que, vítima de um tumor canceroso, viria a falecer no mês de setembro desse mesmo ano.

Quarenta anos depois, solenemente, a Associação Comercial do Rio de Janeiro lembrou-lhe a morte infausta. Significativa e tocante homenagem da qual participaram personalidades do mais alto nível nacional. Com plenitude da justiça, porque Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi cidadão exemplar, político saudável, patriota inconfundível, um senhor humanista dono do seu estilo, intelectual perfeito e personalidade insubstituível na construção do nosso País.

O Jurista

Todo grupo social, desde o mais amplo até o mais restrito, procede de um permanente conflito de interesses que faz com que um dos membros do grupo só encontre satisfação para os seus interesses naqueles que constituem a destruição dos

interesses alheios. O mais elementar conflito de interesses que podemos conceber está nisto. (...)

Compor o conflito de interesses é, portanto, uma das atividades primordiais do grupo social; encontrar uma regra que estabeleça qual dos dois interesses deva prevalecer é a primeira forma da composição de conflito social [...].

Ora, justiça e segurança são por isto mesmo as duas finalidades do direito. O direito tem uma finalidade: produzir a justiça e produzir a segurança.

A ordem jurídica é, portanto, a ordem social, desde o momento em que ela é delimitada pela existência de normas gerais para composição dos conflitos de interesses.

(*Programa de Direito Civil* –
Ed. Sociedade Cultural Ltda.; Rio, 1979.)

A Paz

Sabemos o que significa, hoje, a preeminência da vida internacional na definição do destino particular de cada povo [...].

A causa da paz tornou-se hoje a própria causa da sobrevivência das nações. Nenhum povo conseguirá realizar o seu destino, nenhuma nacionalidade conseguirá ver florescer a sua vocação social, cultural e política, e o mundo lograr manter-se em

paz, se não pudermos conjurar, a princípio com a consciência de que o fazemos temporariamente para, afinal, conseguirmos fazê-lo de forma definitiva, esse risco, com proporções de catástrofe, que é hoje o risco do conflito mundial. Todos sabemos que o estado de tensão reinante atualmente no mundo, e que contrapõe, de maneira até agora insolúvel, as duas principais áreas de influência da política mundial, mantém a sorte das nações num estado de suspensão e de perigo, que pode a qualquer momento resolver-se no sentido de uma destruição total. Lutar pela causa da paz é hoje, podemos dizê-lo, lutar pela causa da vida, porque a paz representa a única possibilidade de sobrevivência para a nossa cultura e, até mesmo, em certo sentido, a possibilidade de sobrevivência física para o mundo em que vivemos.

[...] Hoje as nossas responsabilidades já são as de um país que pode falar por outros. Hoje, sobretudo, estamos aptos a levar uma contribuição imparcial, em que não apenas nos voltamos para a solução dos problemas em que nos achamos diretamente implicados, mas também para a solução de outros, que contemplamos à distância, mas por cujo bom encaminhamento, como qualquer outro povo amadurecido, já nos sentimos responsáveis.

(Discursos, Câmara dos Deputados
Sessão de 24 de agosto de 1961)

A Guerra Fria

No mundo de hoje o antagonismo que se delineia entre o Ocidente e o Oriente, entre as potências socialistas e as potências democráticas ocidentais, antagonismo para o qual se cunhou a denominação de guerra fria, longe de representar uma etapa transitória da qual evoluiremos para uma guerra real, representa um estado permanente de competição. Ninguém pretende chegar à guerra. A guerra, realmente, hoje é um fantasma da destruição a que todos igualmente horroriza. E o que se pretende, ao que se visa, o que se objetiva é, nos termos de uma competição entre o comunismo e a democracia, obter vitórias diplomáticas, realizar um trabalho de recíproca influência e alcançar, através desse processo constante, predominância política. Este é o quadro de antagonismo mundial. E dentro desse antagonismo mundial, qual tem sido a posição do Ministério das Relações Exteriores, como intérprete da política externa do Brasil?

[...] Queremos competir. Não queremos o isolacionismo. Não queremos reforçar tensões internacionais, torná-las mais exarcebadas. Não queremos aproximar os povos do perigo de uma guerra deflagrada pelo exagero da tensão, num determinado ponto do panorama mundial. O que queremos é fazer com que a democracia possa

lutar com os regimes socialistas, que lhe lançam o seu desafio, e possa, afinal, triunfar, pela superioridade dos seus princípios, pela maior adequação da sua técnica de governo, pela sua maior capacidade de dar garantias e respeitar as necessidades básicas do homem. O Governo brasileiro é partidário da convivência e, dentro da convivência, para alcançá-la, para chegar a ela, não hesita empregar a arma específica, a arma diplomática por excelência, que é a negociação. A política que não for de convivência é de exacerbação das tensões internacionais, que conduzem à guerra.

(Idem, Sessão de 7 de fevereiro de 1962)

Educação

No momento em que o País sofre modificações tão profundas em sua estrutura econômica e no próprio modo de funcionamento da sociedade, podemos dizer que a educação se torna um dos fatores decisivos, senão o mais decisivo para que a Nação brasileira alcance os objetivos que se propõe.

[...] O ensino público desempenha papel fundamental na democratização da sociedade. É no recesso das escolas públicas, melhor do que em qualquer outro sistema, que a sociedade se caldeia, que as classes entram em contato, que

o espírito se democratiza e que se forma aquela consciência comum, de que a Nação necessita para encarar, de maneira senão uniforme, pelo menos una, os problemas de seu destino.

[...] A educação para o desenvolvimento será, pois um novo humanismo pedagógico, em que cada indivíduo é visto como protagonista de sua época, como veículo de soluções em que se harmonizam o permanente e o circunstancial, a essência e a existência.

(Fontes: Discursos Câmara dos Deputados, Sessão de 4 de julho de 1959. *Dez Proposições Preliminares sobre Educação*; Revista Brasileira de Política Internacional. set./dez., 1964.)

Reforma Social

A reforma social obedecerá aos seguintes objetivos:

1º) terá de ser uma reforma incorporada às aspirações do povo, que suba das próprias bases sociais, debatida e filtrada nas organizações de classe, e não uma reforma outorgada pela classe dominante, expressiva apenas de uma concessão sem conciliação;

2º) terá de ser uma reforma que fira de frente o problema vital da segurança econômica do indivíduo na sociedade;

3º) terá de produzir, a curto prazo e sem vio-

lência, com respeito dos direitos subjetivos, uma redistribuição de renda social, de modo que esta, através do salário, dos serviços coletivos e dos investimentos no setor público e privado, atinja a sociedade no seu todo, eleve o padrão de vida e crie o número crescente de ocupações e atividades requeridas pelo aumento e pela ativação da população.

Idéias e Rumos para a Revolução Brasileira;
José Olympio Editora, Rio, 1963.

2 Visões do Humanista

Rui Barbosa

Tudo na sua figura, no seu pensamento, no seu destino, dele faz o herói da nossa burguesia nascente, que encheu o vazio interno da sociedade de senhores e escravos, e que ainda hoje não completou sua longa, difusa, mas constante ascenção.

Desde logo, é em torno dele que se cria o culto social, bastante significativo, do *homem inteligente.* À legenda um pouco ingênua do *homem mais inteligente do país*, soma-se neste herói da burguesia o sortilégio da *grandeza do homem pequeno*. [...] Que outro homem estaria predestinado, senão esse, para unir a sua figura à da classe e do povo, cujo advento social ele profetizou?

É esse Rui Barbosa criador e impetuoso, esse reformador social, esse símbolo de uma classe

cheia de futuro, que a meu ver pode e deve ser considerado o *estadista do progresso* em nosso meio, onde as maiores figuras de homens públicos antes encarnam a prudência, a moderação, o espírito conservador [...].

Que quer dizer para esse povo o nome de Rui Barbosa? Quer dizer certamente a doutrina liberal e o culto do direito.

D. Quixote

Penso que o Quixote nos transmite uma lição de purificação do mundo pelo heroísmo, não por um heroísmo hercúleo, mas por um outro feito de fé intangível, pureza perfeita, e de um atributo que a todos resume – o dom de si mesmo.

O dom de si mesmo salva o Quixote, e o faz triunfar de seus fracassos e enganos, mas – herói ocidental em tudo – nesse dom de si mesmo ele tem um medidor, de cuja eficácia depende a plenitude do seu êxito: o amor de Dulcinéia.

Se pudéssemos assistir à salvação de D. Quixote, veríamos, pois, o seu puro espírito erguer-se às esferas celestes e – também pela intercessão do Eterno Feminino – acolher-se ao seio de Deus.

(Fontes: *Dois Momentos de Rui Barbosa* (Conferências) – Casa de Rui Barbosa; Rio, 1949. *D. Quixote* (Um apólogo da alma ocidental) – Editora UnB; Brasília, 1997.)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br